

ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA POBREZA BRASILEIRA: CLASSE E RAÇA

Clayton Sirilo do Valle Furtado

O entendimento empregado neste artigo representa uma forma de priorizar os “determinantes de resultados” no estudo da pobreza brasileira. As relações entre as pessoas e os grupos seriam mediadas pela posição social (atividade exercida ou forma típica de exclusão) que as pessoas ocupam, e tal posição, por sua vez, determinaria diferentes trajetórias e chances de vida. Além da posição social, foi inserida a variável raça para observar a acentuação ou atenuação da pobreza dentro das posições sociais. Sendo assim, o enfoque direciona-se para as variáveis: *posição social, raça e pobreza*. Objetiva-se, desta maneira, conhecer as diferentes probabilidades de brancos e não-brancos serem capturados pela pobreza nas diversas configurações das variáveis selecionadas.

Palavras-chave: *Pobreza, raça, classe social, desigualdade social*

Introdução

A pobreza é entendida enquanto carência ou falta de meios para suprir as necessidades básicas dos indivíduos. Tal fato apresenta-se tanto em sua forma mais acentuada de pobreza absoluta, também chamada de miséria ou indigência em que o mínimo necessário para sobrevivência física não é assegurado, fundamentalmente a alimentação, como em sua forma menos acentuada em os indivíduos não têm acesso ou, esse ainda que exista, é precário em relação a outros bens e serviços de grande importância para uma vida saudável como vestuário, transporte, habitação, saúde, educação e lazer.

Pode-se dizer que a pobreza é uma síndrome de carências adversas e possui também causas diversificadas, um problema multidimensional, tanto em sua gênese (causas) como em seus sintomas (consequências). Infelizmente, para lidar empiricamente com esse fenômeno devemos fazer escolhas, algumas influenciadas pelo enfoque teórico escolhido no trabalho,

visto que dificilmente conseguiríamos identificar e avaliar todas as causas da pobreza em suas diversas nuances. Assim a opção foi feita por uma perspectiva que descrevesse a força das diversas posições sociais na obtenção dos rendimentos. Por outro lado, as escolhas de algumas dimensões e aspectos da pobreza também se pautam em alguma medida pela existência de dados. No caso da PNAD 2004, base de dados utilizada nesse artigo para estudar a pobreza no âmbito nacional de forma quantitativa, não temos como medir a dimensão de acesso à saúde, direitos, opiniões, satisfação com o governo, redes sociais e outras que seriam igualmente importantes.

Assim, oportunamente¹ foi analisada a classificação dos pobres através de suas posições sociais construídas com base nas ocupações, *status* da ocupação, posse de ativos relevantes e situações de dependência, inatividade e desemprego, que transversalmente relacionam-se à noção de classe social como os antagonismos de grupos e os acessos diferenciados na repartição do poder, riqueza e renda. Portanto, estariam de alguma forma conectadas à geração da desigualdade e da pobreza por meio da exploração e da opressão (Wright, 1994:2) que determinadas posições privilegiadas de recursos como capital e terras impõem a outras com pouco ou sem nenhum recurso (caso da opressão). É importante salientar que o objetivo empírico deste artigo não está em comprovar que a opressão e a exploração seriam as principais fontes causadoras da pobreza mas, sim, que as diversas posições sociais em suas peculiaridades representariam maiores ou menores chances de ser ou não pobre.

A partir desse momento, após a confirmação através de estudos² anteriores, de que a posição social do indivíduo determina em grande parte as chances de ser pobre ou não, avançaremos para a análise com a inserção de variáveis condicionantes (moduladoras) que conforme destacado não foram todas as conectadas à pobreza. Mas acreditamos que as mais relevantes estão apontadas pela literatura econômica e sociológica, além de disponíveis diretamente ou através de transformações na PNAD 2004.

Sendo assim, trabalharemos neste artigo relacionando posição social (classe), raça e pobreza (linha de pobreza). O método que será empregado têm limitações porque o estudo será realizado considerando no máximo a associação de três variáveis por vez, ou seja, a

¹ Dissertação de Mestrado: “Os pobres e suas posições sociais no Brasil”, defendida em março de 2007 no mestrado de Ciências Sociais da UFJF.

² Dissertação de Mestrado: “Os pobres e suas posições sociais no Brasil”, defendida em março de 2007 no mestrado de Ciências Sociais da UFJF.

variável independente posição social dos pobres, a variável moduladora e a variável dependente linha de pobreza.

Considerações acerca de raça

Antes de se adentrar nas análises dos dados sobre raça e pobreza, torna-se necessário definirmos alguns aspectos fundamentais, tais como: o que é raça? Como se classifica? E o mais importante, quais as características teóricas e empíricas que nos levaram a pesquisar sua relação para acentuar ou atenuar a pobreza? O tema é bastante vasto em discussões e análises no Brasil, de forma que esse breve esboço servirá apenas para contextualizar a relação de raça com o tema que é objeto desse trabalho: a pobreza. Outras contribuições teóricas poderão ser utilizadas no decorrer da análise dos dados.

Raça, tal como gênero, é uma construção social que ultrapassa as características puramente biológicas. A literatura obtida e apoiada em evidências empíricas mostra que raça é um conceito dinâmico, percebido distintamente ao longo do tempo e variando de sociedade e até mesmo do indivíduo que observa. Edward Telles (2003), em seu livro *Racismo à brasileira*, mobiliza uma vasta literatura que, apoiada em pesquisas e dados, torna-se obrigatória para compreender as implicações não apenas de raça, mas das relações raciais que impõem limitações aos não-brancos.

Um ponto que reforça a plasticidade do conceito de raça é demonstrado pelo autor ao mencionar as diferentes formas de classificação racial. Nos Estados Unidos, por exemplo, prevalece "uma gota de sangue", ou seja, a ascendência marca então um par assimétrico de brancos e não-brancos que tem peso interativo na geração da desigualdade (Tilly, 2006). No caso do Brasil, para começar, o termo raça pode até ser utilizado nos meios acadêmicos, mas no cotidiano os indivíduos utilizam muito mais o termo cor ao invés de raça. Tanto é assim que o IBGE na pesquisa da PNAD atribui o nome da variável de cor ou raça.

A noção de cor está mais próxima da realidade brasileira porque a forma de classificação costumeiramente não se apoia na ascendência, mas em traços físicos, principalmente na cor da pele, no cabelo, na forma do nariz e nos lábios. Isso permite com que o entendimento de raça no Brasil realizado nas ruas pela população reconheça um *continuum* de cores, sendo os extremos formados por brancos e pretos e uma imensidão de variações intermediárias como moreno, moreno-claro, moreno-escuro, cor de jambo e outros.

De acordo com Telles (2003), a classificação racial de pesquisas no Brasil sofre alterações de acordo com quem classifica, se feita pelo entrevistador, entrevistado, ou por ambos.

Contudo, o importante do ponto de vista sociológico é que raça ou cor, no Brasil, nos Estados Unidos ou em muitos outros países está ligada às questões de valor e *status*, cujas categorias não-brancos geralmente possuem conotações negativas. Quando, por exemplo, um preto do ângulo do entrevistado se classifica como pardo no Brasil está tentando minimizar os efeitos sociais de sua cor. "No Brasil, isso significa evitar as categorias de não-brancos, especialmente a de preto, porque essas são frequentemente associadas a características negativas tais como pobreza, preguiça e violência" (Telles, 2003:114).

Telles (2003) identifica duas gerações importantes de estudos raciais na sociedade brasileira. A primeira liderada por Gilberto Freyre nos anos 30, apoiava-se na miscigenação como um aspecto positivo das relações raciais brasileiras, já a segunda geração inicia-se nos anos 50. O nome mais importante é Florestan Fernandes, que considerava a democracia racial da primeira geração um mito, pois esse autor passava a constatar em suas pesquisas e focar principalmente as desigualdades raciais. Como explicar então que pesquisando sobre o mesmo tema as correntes tivessem chegado a resultados tão conflitantes?

Telles (2003) aponta duas explicações para tal fato. A primeira e mais forte reside na escolha analítica, ou seja, a primeira geração enfocou as relações horizontais, comparava pessoas de uma mesma classe social e detinha-se principalmente nas relações de sociabilidade inter-racial como os casamentos. A segunda geração, por sua vez, enfocava as relações verticais, ou seja, a desigualdade. O segundo argumento é que a primeira geração realizou suas pesquisas nas regiões norte e nordeste, onde o número de casamentos inter-raciais é maior que nas demais regiões. Já a segunda geração estava mais voltada para o sul e o sudeste, onde a miscigenação é menor. Sendo assim, ambas gerações, ao generalizarem seus estudos para o Brasil inteiro, deixaram de levar em consideração as heterogeneidades de atuação do problema.

Existe então a coexistência de relações horizontais (casamentos inter-raciais, proximidade de residências) e verticais (desigualdade). Quando Telles (2003) compara a situação das relações horizontais brasileiras com as americanas fica nítida a diferença que no caso americano é simbolizado pela forte segregação das relações horizontais. No Brasil, apesar das "boas" relações horizontais, existe grande desigualdade, desvantagem para os não-brancos que não são apenas materiais, mas uma inferioridade social, que pode ser traduzida em uma cidadania aleijada que encontra obstáculos como o acesso ao emprego e direitos civis e políticos, envolvendo também diferença de poder e *status*.

É possível fazer ponderações no tocante às relações horizontais brasileiras. No caso dos casamentos inter-raciais, a maior parte se dá entre os pobres e é pouco comum a união entre os extremos (brancos e pretos). No caso da segregação residencial, ela não foi oficializada como nos Estados Unidos, ou seja, brancos e não-brancos podem habitar no mesmo bairro sem problemas. Essa relação é mais acentuada no bairros mais pobres, uma vez que nos bairros mais ricos, onde o m² tem valor elevado, é menos comum a presença dos não-brancos, o que demonstra que em termos relativos e de maneira não oficial a desigualdade vertical traz implicações para as relações horizontais, delimitando de maneira indireta o menor acesso dos não-brancos aos bairros mais valorizados.

Nosso interesse estará a partir desse momento direcionado para as relações verticais, ou seja, as desigualdades entre brancos e não-brancos e suas influências para o acesso aos recursos importantes como trabalho, terra e capital. Consequentemente, esse ponto é fundamental para acentuar ou atenuar a pobreza. De alguma forma, tal como em gênero, raça está conectada a um tipo de opressão, logo é uma divisão social vinculada à ascendência biológica, tipicamente, mas não invariavelmente associada a marcas físicas, em que alguma forma de exclusão socialmente significativa conecta-se a essa origem e o grupo excluído é estigmatizado de uma forma ou de outra como inferior (Wright, 2002). Como já foi dito, a ascendência não é o meio utilizado para definir e classificar raça no Brasil. "Na experiência brasileira, ao contrário, a transformação de uma marca física, como a cor, em uma marca de *status* envolve processos mais sutis e carregados de ambigüidades" (Figueiredo Santos, 2005b:25).

Um mecanismo que serviria para explicar, produzir e reproduzir a opressão é a discriminação de raça que no caso brasileiro aparece mesmo com a miscigenação e as relações horizontais menos segregativas do que no caso americano. No nível simbólico, a discriminação aparece nas piadas de negros; na mídia, com as novelas e filmes, em que o mocinho é sempre branco e o negro ou pardo são sempre os bandidos; e na música como no caso Tiririca³. Tudo isso reproduz estereótipos negativos sobre os negros, e no caso das piadas, aqueles que se sentem ofendidos são acusados de não terem senso de humor. No nível das relações verticais, a discriminação aparece de maneira mais forte no mercado de trabalho.

Em uma pesquisa do ano 2000, exatamente 54% do total da população do estado do Rio de Janeiro identificou o mercado de trabalho como o local onde há maior tensão

³ Música "Olha o cabelo dela" gravada em 1996 e censurada pela justiça.

racial na sociedade brasileira, seguido pelas relações de vizinhança (16%), a escola (13%) e a religião (7%). Na pesquisa nacional de 1995, os pretos eram mais que duas vezes mais inclinados a identificar discriminação contra sua cor do que os pardos em momentos de contratação e promoção (Telles, 2003:243).

Análise empírica

Em relação à pobreza, se observarmos a tabela 1, fica claro que a maioria dos pobres é formada por não-brancos (64,1%), revelando, inicialmente, uma desvantagem dos não-brancos de serem capturados pela pobreza. Se compararmos esse percentual com o encontrado por Sônia Rocha em 1999⁴, quando os não-brancos representavam 61,9% dos pobres, existe um aumento da tendência para pobreza entre os não-brancos de 2004 em relação a 1999.

Tabela 1 – Cruzamento da população total em raça e linha de pobreza. Composição percentual da pobreza por raça e de raça por pobreza (entre parênteses)

RAÇA		Não-pobres %	Pobres %	Total %
Brancos		59,2 (78,1)	35,9 (21,9)	51,8 (100,0)
Não-brancos		40,8 (58,0)	64,1 (42,0)	48,2 (100,0)
Total	%	100,0 (68,4)	100,0 (31,6)	100,0
	Número	124.537.408	57.510.344	182.047.752

Fonte: Elaborado com base no IBGE. PNAD 2004.

Ao que parece as desigualdades verticais de raça, como a discriminação no mercado e os acessos aos recursos importantes, têm implicações para a pobreza em alguma medida. "Em síntese, de acordo com o método de calcular probabilidades relativas, negros tinham uma chance 3,5 vezes maior que o cidadão branco de serem pobres (em 1989)" (Telles, 2003:190). Dados do IETS, de 2004⁵, apontavam que a renda real média do trabalho principal dos brancos era de 826 reais ao passo que a dos não-brancos de 425 reais Logo os brancos recebiam em média na razão de 1,94, ou seja, quase duas vezes mais que os não-brancos, e isso revela o preço pago pela discriminação no mercado de trabalho.

⁴ Tabela da página 145 em Rocha, 2005. As porcentagens dos grupos raciais da pesquisadora foram agregados para permitir a comparação.

⁵ Dados do IETS de 1992-2004. http://www.iets.org.br/rubrique.php?id_rubrique=94

Na tabela 2, passamos a utilizar a classificação dos pobres, desenvolvida em trabalhos anteriores⁶, para verificar em cada posição as chances dos não-brancos de atenuar ou acentuar a tendência para pobreza, lembrando que existem fortes indícios teóricos e estatísticos, como foi visto anteriormente. Eles apontam para uma maior vulnerabilidade dos não-brancos de serem capturados pela pobreza.

O índice de representação foi obtido através da divisão dos percentuais dos pobres de cada posição pelo total percentual de cada posição. Acima de 1,00 indica maiores chances de ser pobre pela categoria que assim se apresentar (brancos ou não-brancos). À primeira vista, o fato que sobressai grosseiramente é que os não-brancos apresentam em todas as 25 posições maiores chances de serem capturados pela pobreza do que os brancos, variando entre o índice mínimo de 1,04 em pessoa de domicílio dependente de programas de transferência de renda até o máximo de 2,20 em empregadores e classe média. O que podemos constatar é que a desvantagem para os não-brancos é maior nas posições capitalizadas e nas que possuem exigências maiores de qualificações e diminui um pouco apesar de continuar existindo em posições mais destituídas.

No caso das posições capitalizadas, há os empregadores e classe média, o que de alguma forma também abrange ocupações que exigem alta qualificação, como engenheiros e médicos. Assim, presenciamos a maior desvantagem nessa posição para os não-brancos (2,20), índice bem maior que o dos brancos (0,59). Além disso, os não-brancos são apenas 25,3% dessa posição e, mesmo estando minimamente representados, possuem maiores chances de serem pobres, é o "preço" pago por estar em uma posição tipicamente de brancos (74,7%).

⁶ Dissertação de Mestrado: "Os pobres e suas posições sociais no Brasil", defendida em março de 2007 no mestrado de Ciências Sociais da UFJF.

Tabela 2 – Cruzamento de posições sociais por raça e linha de pobreza. Acompanha índice de representação de pobres segmentado em raça pela porcentagem total interna de cada posição.

POSIÇÃO	Total %		Não-pobres %		Pobres %		Índice	
	B	NB	B	NB	B	NB	B	NB
Empregadores e classe média	74,7	25,3	75,6	24,4	44,3	55,7	0,59	2,20
Conta própria agrícola	42,6	57,4	49,2	50,8	28,1	71,9	0,66	1,25
Conta própria não-agrícola capitalizado	62,1	37,9	65,9	34,1	40,9	59,1	0,66	1,56
Conta própria não-agrícola com qualificação	63,1	36,9	66,8	33,2	40,0	60,0	0,63	1,63
Empregados qualificados e supervisores	62,5	37,5	64,0	36,0	41,5	58,5	0,66	1,56
Trabalhador formal	58,8	41,2	61,7	38,3	40,6	59,4	0,69	1,44
Trabalhador informal	50,2	49,8	55,2	44,8	36,8	63,2	0,73	1,27
Trabalhador elementar agrícola	33,4	66,6	35,6	64,4	29,1	70,9	0,87	1,06
Trabalhador elementar não-agrícola	39,5	60,5	44,3	55,7	30,9	69,1	0,78	1,14
Conta própria precário	45,2	54,8	51,6	48,4	31,5	68,5	0,70	1,25
Empregado doméstico	42,7	57,3	47,8	52,2	33,3	66,7	0,78	1,16
Trabalhador no autoconsumo	41,0	59,0	47,9	52,1	27,9	72,1	0,68	1,22
Trabalhador na própria construção	44,5	55,5	48,5	51,5	39,5	60,5	0,89	1,09
Aposentado ou pensionista federal	60,9	39,1	63,3	36,7	42,0	58,0	0,69	1,48
Aposentado ou pensionista de outros tipos	57,3	42,7	62,8	37,2	46,8	53,8	0,82	1,26
Rentista (Recebe aluguel)	67,1	32,9	70,8	29,2	52,1	47,9	0,78	1,46
Dependente de doação de não-morador	47,9	52,1	58,9	41,1	34,6	65,4	0,72	1,26
Beneficiário de outros rendimentos	36,2	63,8	44,5	55,5	30,4	69,6	0,84	1,09

Pessoa de domicílio dependente de programas de transferência de renda	33,1	66,9	39,2	60,8	30,5	69,5	0,92	1,04
Pessoa de domicílio beneficiário de BPC-LOAS (direito)	37,0	63,0	42,0	58,0	31,4	68,6	0,85	1,09
Desempregados	49,7	50,3	56,8	43,2	40,8	59,2	0,82	1,18
Não-remunerado	44,5	55,5	53,7	46,3	28,3	71,7	0,64	1,29
Afazeres domésticos	55,6	44,4	62,1	37,9	41,3	58,7	0,74	1,32
Estudantes	57,4	42,6	65,3	34,7	41,6	58,4	0,72	1,37
Sem atividade ou sem declaração	52,7	47,3	62,2	37,8	41,6	58,4	0,79	1,23
Total	51,8	48,2	59,2	40,8	35,9	64,1	0,69	1,33

Fonte: Elaborado com base no IBGE. PNAD 2004.

No universo dos capitalizados, os conta próprias não-agrícolas capitalizados (1,56) também impõem uma forte desvantagem dos não-brancos de serem capturados pela pobreza. Apesar dos não-brancos terem uma participação um pouco maior que nos empregadores e classe média, ela ainda é baixa nessa posição (37,9%). A última posição que envolve a posse de capitais como fundamental na posição e representa desvantagem para os não-brancos são os rentistas (pessoas que recebem aluguel) que impõem a desvantagem de 1,46 aos não-brancos. A breve análise dos capitalizados vai de encontro à opressão de raça que Wright (2002) aponta como um mecanismo estigmatizador e gerador de limitações para os não-brancos. De certa forma se, o que a pessoa tem, determina o que ela obtém, (Wright, 2005) a cor da pele no caso brasileiro interage com a posição de classe, gerando uma desvantagem adicional para os não-brancos a qual não pode apenas ser explicada pela posição de classe.

Nas posições de maiores qualificações ou que exercem algum poder no processo produtivo, a desvantagem dos não-brancos de serem capturados pela pobreza mais facilmente do que os brancos também é elevada. Uma parte já foi percebida, quando tratamos da posição de empregadores e classe média: maior desvantagem da classificação. A segunda maior desvantagem para os não-brancos da classificação foi verificada nos conta próprias não-agrícolas com qualificação, em que o índice de representação é de 1,63 para os não-brancos, ao passo que para os brancos é de 0,63. Entre empregados qualificados e supervisores (1,56) ocorre a mesma coisa, com a pequena diferença para menos na desvantagem, além da inclusão de ocupações que exercem algum poder no processo produtivo, como é o caso dos supervisores.

Tanto entre os conta próprias não-agrícolas com qualificação como entre os empregados qualificados e supervisores, a composição dos não-brancos nas posições é bem

inferior a dos brancos, sendo respectivamente de 36,9% e 37,5%. Mesmo estando nessas posições, sofrem uma desvantagem extra de serem capturados pela pobreza. Com isso, devemos colocar a seguinte questão: não-brancos com maior nível educacional (demandado por algumas posições) conseguiriam compensar a desvantagem de cor? Com base nas análises apresentadas do ponto de vista da pobreza não. Mas esse argumento da educação é utilizado por alguns autores.

O preconceito no Brasil seria de marca precisamente porque a cor da pele ou traços físicos são índices de primitividade passíveis de serem tornados invisíveis socialmente, desde que o indivíduo de cor seja portador de *habitus* adequado ao trabalho produtivo nas condições do mercado competitivo moderno. Um negro ou mulato instruído, disciplinado, inteligente e produtivo nesse contexto, tende a receber uma avaliação social positiva do meio independente de sua ascendência ou traços físicos (Souza, 2005:64-5).

Mesmo que o negro ou mulato venham a receber uma avaliação social um pouco melhor que os não instruídos, a cor no tocante às chances de se tornar pobre não foi neutralizada, não se tornou "invisível socialmente". Quando observarmos as posições da classificação que exigem instrução, na verdade mostra uma desvantagem até maior que nas posições em que a exigência de educação é menor. Essas posições que as pessoas ocupam e possuem qualificação ou poder no processo produtivo, servem como um meio para se medir o quanto o mercado de trabalho é influenciado pelas desigualdades raciais e pela própria discriminação que opera de forma "camuflada".

Talvez a prova mais clara e convincente da discriminação no mercado de trabalho possa ser encontrada com base em duplas de testes, em que os candidatos negros e brancos, com qualificações semelhantes são entrevistados e seu tratamento e índices de aceitação são examinados. Tais experimentos são frequentemente utilizados, nos Estados Unidos para demonstrar aos tribunais que os negros, apesar de possuírem qualificações idênticas aos brancos

têm maiores dificuldades para obter um emprego (Telles, 2003:245).

No Brasil, a cor se sobressai no mercado de trabalho como fator diferenciador, de forma que o branco é valorizado como o ideal desejável, talvez por se aproximar do "padrão" europeu e da suposta inerente eficiência e intelectualidade. Sendo assim, como explicar o posto de mando de um supervisor não-branco? O fato é que para ele ocupar essa posição, acaba sofrendo uma penalidade salarial, pois a renda média mensal de um supervisor branco é de 957,39 reais ao passo que a de um não-branco 652,85 reais (Figueiredo Santos, 2005b:37). Dessa forma, a cor determina diferenciadas chances para brancos e não-brancos, lembrando que é um fator facilmente observável, ao contrário do nível educacional que depende de certificação. Talvez o peso de raça no Brasil também opere, no momento das seleções de emprego e promoções, um forte indício que estaria relacionado aos anúncios de jornal que exigem "boa aparência", ou simplesmente empresas que só aceitam o currículo acompanhado de foto.

Assim, brancos e não-brancos com o mesmo nível educacional e qualificação podem sofrer tratamentos desiguais no momento da contratação, e como vimos, quando os não-brancos assumem uma posição de brancos (alta porcentagem dessa categoria) sofrem amputações salariais. Para que um não-branco consiga então ser contratado ao invés de um branco deve apresentar mais qualificações e estudo que os brancos, o que indicaria também uma desvantagem de raça que deve ser suprimida por outros ativos compensatórios. Em outras palavras, não basta simplesmente ser educado, é preciso ser mais educado que um branco, não para tornar a cor "invisível socialmente", mas para ter chances de disputar e ocupar uma vaga no mercado de trabalho "de brancos", e quando isso ocorre há uma penalidade racial no salário.

Observando pares de posições próximas dotadas de um fator diferenciador, constatamos que os não-brancos estão menos presentes em posições que por si, conforme tabela 1 do capítulo anterior, tendem menos à pobreza. Entretanto, a desvantagem dos não-brancos é maior nas posições de menores chances de se tornarem pobres somente pela posição. Com isso, no trabalhador formal os não-brancos são 41,2%; de acordo com a tabela 1, o índice de representação nessa posição é de 0,44 quase metade do trabalhador informal (0,85) que conta com 49,8% de não-brancos. Mas a desvantagem dos não-brancos serem capturados pela pobreza é maior dentre os trabalhadores formais (1,44) enquanto nos trabalhadores informais é de 1,27. Fato semelhante acontece dentro das posições de

aposentados e pensionistas. De acordo com a tabela 1, é muito mais provável um aposentado ou pensionista de outro tipo ser pobre que aqueles que recebem do INSS ou governo federal. Os não-brancos representam, de acordo com a tabela 7, 39,1% dos aposentados ou pensionistas federais e 42,7% dos outros tipos. Mais uma vez os não-brancos têm uma probabilidade maior de se tornarem pobres que os brancos na posição que menos tende à pobreza. Isto é, os não-brancos (1,48) possuem maiores probabilidades de serem pobres que os brancos nos aposentados e pensionistas federais, ao passo que nos aposentados e pensionistas de outros tipos o índice para os não-brancos é de 1,26.

No restante da classificação, os não-brancos compõem a maior parte das posições de trabalhos elementares, precários e situações de destituição e dependência de transferência de renda, sendo que em quase todas elas o índice de representação da desvantagem dos não-brancos serem capturados pela pobreza torna-se menor, apesar de continuar demonstrando a fragilidade dos não-brancos que tendem mais à pobreza. Em relação aos trabalhadores elementares e destituídos, pode-se encontrar respaldo em algumas teorias como a que aponta que "a *raça negra* é considerada inferior pela associação ao *primitivismo* africano que é percebido como repositário de valores ambíguos, como força muscular e sensualidade" (Souza, 2005:59). Dessa forma, essas posições seriam "compatíveis" com pressupostos ideológicos de que os não-brancos seriam mais apropriados aos trabalhos manuais, influência possivelmente do passado escravo em que exerciam funções manuais e de esforço físico. A outra explicação mais concernente com a proposta teórica da dissertação respalda-se na condição comum de classe.

A existência de um menor *gap* racial entre as categorias de trabalhadores proletarizados corresponde à expectativa da teoria marxista de que a condição de exploração de classe comum restringe em certa medida, o impacto das divisões raciais no interior da classe trabalhadora restrita. A categoria de trabalhador elementar mostra que, quanto maior a destituição no interior do trabalho assalariado, mais homogênea torna-se o grupo em termos das conseqüências das divisões raciais sobre a renda (Figueiredo Santos, 2005b:51).

Portanto, em relação à *raça*, ficou constatado que em todas as posições sociais os não-brancos possuem maiores chances de serem pobres do que os brancos. A análise aqui

realizada indica também indiretamente que a cor representa uma desvantagem para além da posição social, o que também vale para a qualificação que, apesar de interferir no acesso de determinadas posições, não elimina a desvantagem dos não-brancos no interior delas.

Em termos de políticas de combate à pobreza, não se deve ignorar o peso da questão racial e, embora as atuais políticas de cotas sejam positivas, interferem apenas no acesso educacional, ignorando em boa parte as demais desigualdades verticais, como as do mercado de trabalho. Diante de tal problemática é fundamental que as políticas atuem não apenas sobre a redistribuição de ativos, mas também sobre a conversão dos ativos em funcionamentos. Além disso, é preciso também alterar a própria forma de como a opressão de raça se alimenta, como as formas de discriminação. Para isso não bastam leis punitivas, é preciso mudar a própria concepção social dos indivíduos em relação à raça. Nesse sentido, se filmes, novelas, piadas e músicas reproduzem o preconceito, por que não utilizar os mesmos meios para propagar valores contrários ao preconceito? Se um meio funciona para propagar desigualdades raciais, o inverso não surtiria também efeito?

Não seria necessário deixar de implementar as políticas de cotas, mas implementá-las concomitantemente à reconstrução simbólica da noção de raça para reduzir a discriminação e, conseqüentemente, a opressão racial. Para aqueles que argumentam que as políticas de cotas levariam à segregação racial americana, é preciso dizer que as desigualdades verticais entre brancos e não-brancos são fortes e o primeiro passo é admitir que o problema existe. Não adianta fingir que o racismo não opera na sociedade brasileira, ou que as políticas de ação afirmativa gerariam segregação horizontal. O fato é que, se nada for feito, teremos cada vez mais uma maior porcentagem de não-brancos pobres e em posições mais destituídas. Tudo isso em meio à miscigenação e em nome de uma mascarada democracia racial.

Bibliografia

FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides. (2005b), Efeitos de classe na desigualdade racial no Brasil. *Dados*, Vol. 48, n.º 1.

IBGE.(2004), *Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 2004*. CD-ROM. Microdados. Rio de Janeiro.

IETS.(2004), *Indicadores PNAD 1992-2004*. Disponível em <http://www.iets.org.br/rubrique.php3?id_rubrique=94> acesso em dezembro de 2005.

ROCHA, Sônia.(2005), *Pobreza no Brasil, afinal de que se trata?*. Rio de Janeiro, FGV.

SOUZA, Jessé.(2005), Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira. *Lua Nova*, 65.

TELLES, Edward.(2003), *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.

TILLY, Charles.(2006), *Poverty and the politics of exclusion*. Background paper for World Bank Study: moving out poverty. Columbia University.

WRIGHT, Erik Olin.(2005), Foundations of a neo-Marxist class analysis. In: WRIGHT, Erik Olin. (ed.). *Approaches to class analysis*. Cambridge, University Press.

_____.(2002), *Class, race and gender*. Berkeley, University of California. Disponível em www.ssc.wisc.edu/~wright/298lectures.html. acesso em setembro de 2006.

_____.(1994), Class analysis of poverty. In: *Interrogating inequality: essays on class analysis, socialism and marxism*. London, Verso.